



Câmara Municipal de Vereadores de Ibiacá - RS¹

Aqui se projeta o futuro.

PROJETO DE LEI Nº 68/2025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas e concessionárias que utilizam postes para prestação de serviços em retirar fiação excedente e equipamentos sem uso, e dá outras providências.

O Vereador ELVIO BRASIL (Progressistas), com assento nesta Casa Legislativa, com fundamento no art. 146 do Regimento Interno desta Casa c/c art. 49 da Lei Orgânica do Município de Ibiacá/RS, apresenta o seguinte Projeto de Lei do Legislativo, que dispõe sobre a organização, manutenção, identificação e retirada de fios, cabos e equipamentos excedentes ou inutilizados instalados em postes no território municipal.

Art. 1º Ficam as empresas e concessionárias que prestam serviços de energia elétrica, telefonia, internet, televisão a cabo ou quaisquer outros serviços por meio de rede aérea, obrigadas a retirar de postes a fiação excedente, sem uso, e demais equipamentos inutilizados instalados nos postes ou estruturas de suporte localizados nas vias públicas do Município de Ibiacá.

Art. 2º As instalações e manutenções de que trata esta Lei deverão obedecer às normas técnicas da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda., bem como às normas vigentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - Notificação para sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente;

II - Multa no valor de 2.000 (DUAS MIL) Unidades Fiscais Municipais (UFMs), após o vencimento do prazo estabelecido na notificação.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, sem prejuízo da obrigação de sanar as irregularidades.



Câmara Municipal de Vereadores de Ibiacá - RS² ***Aqui se projeta o futuro.***

Art. 4º As empresas e concessionárias referidas no art. 1º desta Lei terão prazo de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, para se adequarem às suas disposições.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da secretaria competente, autorizado a expedir portarias, decretos e demais atos normativos necessários à regulamentação e fiscalização desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiacá, 18 de dezembro de 2025.


Elvio Brasil
Vereador (progressistas)



Câmara Municipal de Vereadores de Ibiacá - RS³

Aqui se projeta o futuro.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Vereador ELVIO BRASIL (Progressistas), no exercício de seu mandato parlamentar, com fundamento no art. 146 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, c/c o art. 49 da Lei Orgânica do Município, vem submeter à apreciação dos nobres Pares o presente Projeto de Lei do Legislativo, que dispõe sobre a organização, manutenção e retirada de fios, cabos e equipamentos excedentes ou inutilizados instalados em postes de energia elétrica, telefonia, internet, televisão a cabo e outros serviços, no âmbito do Município de Ibiacá/RS, e dá outras providências.

A proposição tem por finalidade obrigar as empresas prestadoras de serviços que operam com cabeamento aéreo no território municipal a procederem à retirada de fios, cabos e postes excedentes ou sem uso, de modo a promover maior segurança, ordem urbana e preservação estética do espaço público.

É de conhecimento público que em diversas vias e localidades do Município observa-se acúmulo de cabos e equipamentos inutilizados, os quais, além de causarem poluição visual, representam potencial risco à integridade física de pedestres, moradores e motoristas, em razão do desprendimento frequente de fiações e suportes deteriorados.

Diante desse cenário, o presente Projeto de Lei busca estabelecer regras claras e eficazes para a remoção e manutenção desses materiais, contribuindo diretamente para o embelezamento urbano, a segurança pública e a proteção ambiental, princípios consagrados no art. 225 da Constituição Federal.

No tocante à constitucionalidade da matéria, cumpre destacar que o objeto da presente proposição não adentra na competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações (art. 22, IV, da CF), mas versa sobre matéria de interesse local, relacionada ao urbanismo e meio ambiente, temas cuja normatização é expressamente conferida aos Municípios pelo art. 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal.

A constitucionalidade da matéria foi, inclusive, reconhecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2166693-81.2016.8.26.0000, que tratava da Lei Municipal nº 8.510/2015 do Município de Jundiá, de teor idêntico à presente proposição.

Naquela oportunidade, o TJSP firmou o entendimento de que:

“Não se observa ofensa ao artigo 22, IV, da Constituição da República, não se havendo falar em tema de competência privativa da União, na medida em que a norma em comento não legisla sobre águas, energia, informática, telecomunicações ou radiodifusão. Trata-se de lei que dispõe sobre matéria de interesse local, estabelecendo a forma pela qual as concessionárias deverão proceder quanto ao cabeamento de fios no solo urbano, restringindo-se ao interesse local quanto ao uso do bem público municipal. Aplica-se, portanto, o artigo 30, I, da Carta Magna.”

O referido julgado também consignou que a matéria não configura ato de gestão administrativa, de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo,



Câmara Municipal de Vereadores de Ibiacá - RS⁴ ***Aqui se projeta o futuro.***

uma vez que se insere na esfera de proteção ambiental e urbanística, áreas sobre as quais o Município detém competência legislativa plena.

Tal entendimento foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.050.516, confirmando, de forma definitiva, a constitucionalidade de leis municipais dessa natureza.

Dessa forma, resta evidente que a presente iniciativa respeita os limites constitucionais de competência e visa resguardar o interesse público local, assegurando maior segurança, bem-estar e qualidade de vida à população ibiacaense.

Em face do exposto, solicito o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, por entender que a medida traz benefícios diretos à coletividade, promove o ordenamento urbano e reafirma o compromisso desta Casa Legislativa com o meio ambiente e a segurança dos cidadãos.

Ibiacá, 18 de dezembro de 2025.


Elvio Brasil
Vereador (progressistas)







